

ACTA N.º 6/2002 – Reunião de 27 de Setembro de 2002

-----**SESSÃO ORDINÁRIA:**-----
-----**REUNIÃO DE DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DE 2002-09-29**-----
-----**ACTA NÚMERO SEIS / DOIS MIL E DOIS**-----
-----**COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – José Júlio Martins Barreiras; **Segundo Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício.-----
-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Lúcia Maria Silva Poseiro (P.S.D.), Abel José Marques Bruno Henriques (B.P.), Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (P.S.), José Júlio Martins Barreiras (P.S.D.), José Alexandre Fonseca (B.P.), Maria Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira (C.D.U.), Armando Salvador Maia Fonseca (P.S.), Carlos Fernando Faria Duarte (P.S.D.), Fernando Manuel Rodrigues Venâncio (B.P.), Carlos João F. pereira Fonseca (P.S.D.), Vítor Manuel Ferreira Fonseca (P.S.), Cândido ;Manuel Patuleia Mendes (B.P.), Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (P.S.D.), António Maria Costa Timóteo (C.D.U.), Vítor Fernando Soares Garcia (C.D.S./P.P.), Susana Paula Geraldês Trindade Manco (P.S.), Nuno Manuel Mota Silva (P.S.D.), Marlene Sofia Fortunato Veloso (B.P.), João paulo Hermenegildo (P.S.D.), Aires Daniel Faria Silva (B.P.), João Manuel Cordeiro Alves (C.D.S./P.P.), José Manuel Gonçalves Vieira (P.S.D.), José João Jesus Ferreira (P.S.D.), Eugénia Maria Piteira Leal (P.S.), Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (B.P.) e Joaquim Marcos Henriques (B.P.).-----
-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal António Carlos Albuquerque Álvaro, os senhores vereadores Luis Alberto Camilo Duarte, António José Silva Faustino, Jorge Manuel Costa Pereira, Manuel Quintino Filipe Silva e Rui Fernando Figueiredo Viola, a Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Marina Melo Marques Lemos e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Tabora Ferreira.-----
-----Pelas 21.35 horas o senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão que decorreu na sede da Associação, Cultural, Desportiva e Recreativa do Cintrão.-----
-----**ACTA N.º 04/2002:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria com 23 votos a favor e 2 abstenções aprovar a acta n.º 04/2002 da sessão ordinária de 28 de Junho de 2002.-----
-----**ACTA N.º 05/2002:** Depois de lida e introduzida uma pequena correcção, foi deliberado por maioria com 23 votos a favor e 2 abstenções aprovar a acta n.º 05/2002 da sessão ordinária de 03 de Julho de 2002.-----
-----**PRESENCAS:** Pelas 21.40 horas compareceu na sessão a senhora D. Marlene Veloso (B.P.).-----
-----**EXPEDIENTE:** O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido e que se encontra na Secretaria da Assembleia Municipal, onde pode ser consultado pelos membros da Assembleia que o desejem.-----
-----Aberta a sessão, iniciou-se o período com a duração máxima de 60 minutos para prestação de esclarecimentos.-----
-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento das diversas realizações onde este presente em representação deste órgão desde a realização da última sessão da Assembleia.-----
-----O senhor Vítor Garcia (C.D.S./P.P.) na qualidade de presidente da comissão de acompanhamento de execução do orçamento, leu a seguinte conclusão resultante da reunião de 18 de Setembro. “1. Apesar dos documentos sobre a situação financeira terem sido solicitados para análise até ao final de Agosto , os mesmos só foram entregues na própria hora

ACTA N.º 6/2002 – Reunião de 27 de Setembro de 2002

da reunião; 2. Esta comissão não encontrou condições para exercer as suas funções, pelo facto dos documentos apresentados referirem-se aos valores em rubrica constantes no orçamento de 2001 e não, como supostamente deveriam reportar-se ao orçamento aprovado para 2002; 3. Esta comissão não tem condições de funcionar enquanto não houver, por parte da Câmara Municipal, a garantia de que os documentos entregues para análise do orçamento sejam respeitantes ao orçamento vigente para 2002. Assim, ao ser marcada a próxima reunião desta comissão para 23 de Outubro, esta comissão solicitou ao Presidente da Câmara que os documentos para análise sejam entregues com 8 dias de antecedência e relativos às rubricas e orçamento de 2002.”

-----A senhora D. M.^a Los Angeles (C.D.U.), na qualidade de presidente da Comissão de Urbanismo, informou que desde a última sessão da Assembleia Municipal esta comissão não reuniu, estando a próxima reunião marcada para o próximo dia 10 de Outubro. -----

-----O senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à consideração que o público possa intervir após a conclusão do período antes da ordem do dia. -----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) disse que o Bombarral Primeiro nada tem a opor, considerando que isto não deverá inviabilizar a possibilidade do público intervir no final da ordem do dia. -----

-----A D. M.^a Los Angeles (C.D.U.) disse que a C.D.U. nada tem contra o proposto até porque desde o princípio que se batem para que isso aconteça. Considera que seria preferível que o público interviesse de imediato e pudesse voltar a intervir no final da sessão.-----

-----O senhor Vítor Garcia (C.D.S./P.P.) disse que nada tem a opor ao proposto, concordando igualmente que seja permitida a intervenção do público no final da sessão.-----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) disse nada ter a opor, podendo até passar-se de imediato à intervenção do público.-----

-----O senhor presidente da Mesa da Assembleia disse que vai manter a intervenção do público no final do período antes da ordem do dia dado neste momento não ter qualquer inscrição. -- -----

-----O senhor presidente da Junta de Freguesia de Bombarral declarou que: “dou inicio a esta minha breve intervenção felicitando o senhor Presidente da Assembleia Municipal pela sua ideia de trazer estas reuniões para junto das populações que servimos, pois esta é uma forma de constatar os seus anseios e necessidades, ao mesmo tempo que todos terão mais oportunidade de se inteirarem dos trabalhos desenvolvidos pela Assembleia, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia. Aproveito ainda para felicitar o senhor Presidente da Câmara por ter sido seleccionado ao lado de outros 25 Presidentes e distinguido com a nomeação de “Autarca por Excelência”. Exprimo o meu sentimento de grande satisfação pelo êxito alcançado com o recente Festival da Juventude, iniciativa à qual deve ser inculido um carácter de continuidade. Gostaria ainda de felicitar, se me permitem, o reverendo Padre José Traquina, pela sua dedicação à paróquia de Bombarral e Vale Covo, contribuindo ao longo de uma década para a união e fortalecimento da nossa comunidade. A ordem de trabalhos de hoje é bastante intensa e extremamente importante para me estar a alongar com um vasto caderno reivindicativo, mas não posso deixar passar a oportunidade sem apresentar aqui hoje algumas questões que considero urgentes e importantes para a melhoria de vida dos cidadãos que represento. Para a população que co-habita na nossa freguesia são necessidades urgentes. Conclusão das redes de saneamento básico (para a população do Estorninho urge colocar a concurso a obra relativa ao saneamento básico, enquanto na Moita Boa é necessário ultimar o processo de travessia da linha férrea para ligação dos esgotos à rede – em Famões impõe-se resolver a questão de um esgoto que corre a céu aberto junto á fonte das Hortas, enquanto que

ACTA N.º 6/2002 – Reunião de 27 de Setembro de 2002

um pouco por toda a freguesia se impõem medidas de averiguação e acção correctiva nesta matéria. Toponímia – tem carácter de urgência a colocação de placas toponímicas e atribuição de números de polícia no Estorninho, Brejo, Camarão, Moita Boa, Clarigueira, Casalinho, Casal da Silveira e Casal do Vale, dado que a falta das mesmas tem provocado enormes dificuldades aos moradores destas localidades. Abrigos para passageiros – existe a necessidade de servir bem as populações também nesta matéria, reparando, substituindo e tornando mais acolhedores diversos abrigos na nossa freguesia já que alguns estão, perdoem-me a expressão, impróprios para consumo, posso referir casos que necessitam de intervenção rápida como Casal da Silveira, Famões, Cintrão e Barreiras. E por falar nas Barreiras quero deixar aqui o registo de uma situação que tem preocupado alguns cidadãos. A ponte do arco sobre a via férrea na opinião de pessoas que me abordaram precisa de uma intervenção urgente por parte das entidades responsáveis pela mesma, pois são evidentes as infiltrações das águas da chuva e os danos que a mesma tem causado aquela passagem. Na área do trânsito e respectiva sinalética são muitas as necessidades, umas maiores do que as outras, sobressaindo entre elas o estudo que se impõe ao cruzamento junto à creche que continua a dificultar a vida quotidiana das pessoas e onde se têm verificado muitos incidentes e infelizmente igual número de acidentes. Sugiro pois que nesta área deveria ser constituída uma equipa que não só encontrasse os problemas como as soluções para os mesmos. Ainda sobre esta matéria continuam muitas viaturas abandonadas nas ruas, uma delas há cerca de seis anos, à minha porta no vale da Várzea. É urgente remover toda esta sucata e intimar os seus proprietários. São muitos os relatórios enviados por nós à Câmara Municipal e outros lá chegarão. Para alguns casos tem-se encontrado solução outros aguardam que essa acção surja. Resumidamente e face à minha curta experiência na vida autárquica gostaria de vos dizer que a população do concelho do Bombarral aprecia as obras de grande vulto mas analisa diariamente o nosso trabalho através das pequenas coisas. Quem não deseja mais espaços ajardinados? Melhores ruas e passeios? Estacionamentos condignos? Mais recipientes para o lixo e limpezas mais assíduas dos mesmos? Revejo-me nos anseios da população em geral porque são também os meus. A população espera de todos nós soluções para os problemas que a afligem e é por isso que aqui estamos... Não ocupo mais tempo de uma reunião que visa essencialmente resolver situações importantes e decisivas para o desenvolvimento do nosso concelho, que ela decorra de forma positiva e construtiva são os meus votos e que se sintam bem instalados nesta sede da associação cultural e recreativa do Cintrão, a cujos dirigentes agradeço a inteira disponibilidade para nos receber. Obrigado.”-----

-----O senhor António Timóteo (C.D.U.) interveio seguidamente dizendo que “em vésperas do 1.º de Maio, tive a oportunidade de lembrar e exaltar as lutas dos trabalhadores, face às injustiças sociais, que os sucessivos governos têm desencadeado sobre os trabalhadores, e passo a citar: «Contrariamente ao anunciado no seu programa eleitoral, este governo traça o caminho de uma política anti-social, contra os direitos e interesses da generalidade da população, cedendo às pressões dos grandes interesses económicos e financeiros. Esta política, saliente-se, ocorre num país com profundos desequilíbrios entre ricos e pobres, e onde coexiste o mais baixo salário mínimo, o mais baixo salário médio, as mais baixas pensões de reforma, com grandes concentrações de riqueza. Quando se perspectiva uma ofensiva contra os trabalhadores através da liberalização dos despedimentos e quando as leis laborais deixam de cumprir o objectivo de assegurar o pleno emprego, é bom fazer um pouco de história da luta dos trabalhadores que se reflecte na data histórica do 1.º de Maio.» Senhor Presidente: tal como prevíamos assim está a acontecer. Basta de mais palavras, os portugueses sabem que é verdade e estão a sentir na pele. No dia 22 de fevereiro, interpelei o

ACTA N.º 6/2002 – Reunião de 27 de Setembro de 2002

senhor presidente da Câmara sobre: 1.º Situação do Parque de Campismo do Picoto; 2.ª Situação da passagem de nível da Baleeira. Sete meses são passados, venho de novo interpelar o senhor Presidente. Qual a situação destes dois assuntos, isto é: 1.º O Picoto – parque de campismo; 2.º Passagem de Nível da Baleeira. No dia 30 de Abril, interpelei o senhor Presidente sobre: placas toponímicas e números de polícia não afixados. Dei como exemplo: A Rua D. Ximenes Belo e Dr. Ramos Horta e a Rua da Esperança. Esperamos que desta vez seja de vez. Escola Secundária – a iluminação pública na entrada desta escola, não existe. É escuro como breu. Quando está em causa a segurança de alunos e professores (em especial) sendo eles os que mais utilizarão este local. Deverá o senhor Presidente, com a máxima urgência, agir junto dos responsáveis a fim de reparar este mal que não deveria ter existido. Também em Fevereiro, no Cintrão, as águas que vêm de enxurrada da A8 para a Rua da Paz. Estas águas já estão controladas? Depois desta minha interpelação, penso que o Instituto Fontes Pereira de Melo, pouco ou nada conhece do concelho.” -----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) cumprimentou os vereadores dos pelouros da cultura e desporto pela realização do Festival do Vinho, Feira do Livro, Festival da Juventude e apoio à Feira Nacional da Pêra Rocha. Não concorda com a opinião do senhor presidente da Mesa da Assembleia quanto à intervenção do público, mas o que conta é o regimento, nomeadamente no seu artigo 20.º. Pensa que a comissão que elaborou o regimento teve a melhor interpretação do preceito legal sobre esta matéria. Interpelou o senhor Presidente da Câmara sobre um arrastado pedido de parecer de impacto ambiental e económico sobre o pólo II da zona de comércio e serviços. Há 3 meses o senhor presidente da Câmara informou que tinha pedido o parecer com urgência. Gostava de ser informado das datas e números dos ofícios a pedirem estes pareceres ou, caso contrário, que não fez o pedido nem quer fazer. Quanto á ordem do dia disse que, contrariamente ao que dispõe a lei, os membros da Assembleia não receberam os documentos dos pontos 4, 5 e 6 atempadamente. Requerem que esta matéria seja retirada da ordem do dia porque está ferida de ilegalidade. Lembra que a convocatória deve ser enviada com 10 dias de antecedência acompanhada dos documentos. Pretende-se discutir parques eólicos que é uma matéria com larga discussão em Portugal. Em Portugal conhece os parques de Vila do Bispo, Lamego e Vila Real, todos colocados em paisagens muito amplas. Considerou os documentos enviados muito pouco elucidativos, nomeadamente quanto à altura e área total de implantação. Quanto ao empréstimo ficaria penalizado se pudesse contribuir para o atraso em obras, mas não querem ser responsabilizados pela falta de rigor do executivo. Face à lei, só poderão ser contraídos empréstimos em algumas situações excepcionais.-----

-----O senhor Cândido Patuleia (B.P.) chamou a atenção para o interesse da discussão pública do novo conceito de defesa nacional, bem como para a perda de edifícios de referência no Bombarral, manifestando a sua estranheza pela anulação do concurso do Plano de Urbanização da Vila ao fim de mais de um ano e meio. Considerou necessário preservar os espaços históricos, questionando porque é que não se aproveitam para fins museológicos os armazéns existentes na área da estação de caminho de ferro. Considerou que o Bombarral só é grande se viver das suas memórias.-----

-----O senhor presidente da Câmara informou que estão a ser desenvolvidos esforços pelos serviços municipais para resolver os problemas de falta de placas toponímicas e números de polícia. Quanto às questões de veículos abandonados, higiene e espaços verdes, vai desenvolver esforços para resolução dos problemas existentes. Quanto à rotunda da creche foi aprovado um projecto o ano passado tendo a informação de que o ICERR está a fazer diligências para pôr a obra a concurso. Quanto ao parque de campismo do Picoto, a situação

ACTA N.º 6/2002 – Reunião de 27 de Setembro de 2002

está pior devido aos actos de vandalismo ali ocorridos. Quanto à passagem de nível da Baleeira, apesar da proposta de construção da ponte, existem alguns elementos adicionais que passam pela construção de caminhos paralelos. Está feita uma insistência junto da EDP para reforço da iluminação na vila. É difícil resolver os problemas existentes com as águas pluviais indo solicitar ao GAT o estudo de um projecto desde a cooperativa agrícola até ao Largo do Município e para a recepção de águas pluviais no Cintrão. Quanto á questão do pólo II, disse que dará primeiro conhecimento do referido parecer à Câmara Municipal e depois à Assembleia Municipal. Quanto á intervenção do senhor Abel Henriques disse que certas intervenções que tem ouvido não são apropriadas à sua personalidade. Quanto às quebras de energia eléctrica, a Câmara Municipal não aceitou as justificações da EDP, devendo toda a rede da vila ser reformulada. O concurso do Plano de Urbanização teve de ser anulado devido a algumas ilegalidades existentes. -----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.), no exercício da defesa da honra, quanto ao juízo que o senhor presidente da Câmara fez sobre a sua personalidade, sabe que não o quis ofender, mas não há elementos para justificar as diferenças entre as suas atitudes e a sua personalidade. As desculpas arrastadas do senhor presidente da Câmara para não fornecer informações à Assembleia Municipal e aos vereadores, fazem-no lembrar de uma frase do estadista norte-americano Benjamim Franklim: «pessoas que são boas em arranjar desculpas, raramente são boas em outras coisas».” -----

-----A D. M.^a Los Angeles (C.D.U.) disse que lhe apraz registar que pela primeira vez desde o inicio do mandato, o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Bombarral aqui esteve nessas funções, porque até hoje só cá tivemos o membro do P.S.D.. Apresentou os seguintes requerimentos: -----

-----PROTÓCOLOS: “O grupo eleito pela CDU na Assembleia Municipal vem por vosso intermédio requerer que o senhor Presidente da Câmara lhes faça chegar cópia dos protocolos celebrados pela autarquia com: a Misericórdia, respeitantes ao funcionamento do antigo hospital; o Bombarralense, no que respeita à equipa de ciclismo LA PECOL / Bombarral; a Associação de Agricultores do Oeste, correspondente à organização da Feira Nacional da Pêra Rocha.” -----

-----DIREITO DE OPOSIÇÃO: “O grupo eleito pela CDU na Assembleia Municipal, porque entende que as leis foram feitas para se cumprir e porque não prescinde dos seus direitos e garantias, vem por vosso intermédio requerer que o senhor Presidente da Câmara lhes faça chegar o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias da oposição na lei n.º 24/98, de 26 de Maio.” -----

-----Mais pediu a retirada da ordem do dia dos ponto 4, 5 e 6 porque os documentos não chegaram junto com a convocatória, tendo recebido os seus apenas ontem. A culpa é da Mesa da Assembleia que não deveria permitir coisas destas. -----

-----O senhor Paulo Patrício (P.S.D.) solicitou informações sobre o ponto de situação da estrada da ponte romana na Columbeira e sobre a retirada do material da fábrica de mármore da estrada do vale do Roto. -----

-----A D. Susana Manco (P.S.) usou da palavra dizendo que “no âmbito da política proposta pelo P.S. de aprofundar a comunicação e interacção entre os responsáveis eleitos e os municípios, o grupo do P.S. efectuou alguns contactos com instituições e associações d afreguesia do Bombarral, sobre os quais apresenta as devidas conclusões a esta Assembleia e para que conste em acta: 1. SCEB – A principal fonte de preocupação da direcção prende-se com a falta de condições de treino existentes para 7 equipas e futebol, nomeadamente, a degradação das redes de protecção e o estado da pintura do campo de futebol; A degradação

ACTA N.º 6/2002 – Reunião de 27 de Setembro de 2002

da sede é preocupante e têm surgido problemas aos níveis da instalação eléctrica e de infiltrações; Ao nível das actividades praticadas pelos cerca de 200 atletas, as mais penalizadas pela falta de verba são as modalidades das camadas mais jovens como o hóquei e a patinagem; O subsídio anual atribuído pela Câmara Municipal de Bombarral de aproximadamente € 30.000 é manifestamente insuficiente para a manutenção das instalações da sede e do campo e do fomento à prática do desporto, principalmente porque este ano verificou-se uma quebra acentuada nos habituais patrocinadores das várias modalidades; A direcção realçou a modalidade do ciclismo como bastante positiva, quer para a projecção do clube em si, quer para a projecção do concelho do Bombarral a níveis nacionais e internacionais, destacando o desempenho da equipa na Volta a Portugal e nas Voltas á Gafa. Apenas de realçar que teria sido oportuno e proveitoso para a divulgação do concelho, a Câmara Municipal ter-se empenhado como receptora de uma etapa da Volta a Portugal. Neste sentido, falta uma estratégia de marketing que favoreça e rentabilize o investimento feito nesta equipa de ciclismo; Relativamente à localização do futuro Estádio Municipal, verificámos que é necessário haver uma discussão pública e alargada às várias colectividades desportivas do concelho. Isto porque a urgência e a necessidade podem constituir motivos para uma aceitação, a qual seria precipitada e não pensada. Por fim foi-nos solicitada a ajuda no sentido de sensibilizarmos a Câmara Municipal de Bombarral para no imediato proceder a pequenas ajudas que muito podem contribuir e que são: dispensar uma equipa de funcionários para a colocação das redes de protecção e pintura do campo de futebol; fornecer o material (tela isoladora) para a reparação das infiltrações do telhado do bar do campo, colocação de uma passarela de peões entre o campo de futebol junto ao Pavilhão (campo de raguebi) e Pavilhão Municipal.

2. Associação Recreativa do Cintrão – Tal como outras associações do concelho, esta é uma associação “resistente” no sentido em que o grande problema relaciona-se com o associativismo, ou a falta dele. No entanto a recente direcção está a dinamizar algumas actividades, apesar da escassez de equipamento. Actualmente esta associação presta colaboração com o grupo sócio caritativo do Cintrão, Casalinho e Moita Boa, ao nível da cedência das instalações e foi nesse sentido que nos solicitou ajuda a fim de sensibilizar a Câmara Municipal de Bombarral para a necessidade de efectuar a pintura interior da sede, ou a cedência do material para a sua execução, a fim de evitar maior deterioração com o próximo inverno.

3. Associação Amigo Fiel – A única preocupação está relacionada com a falta de condições do canil municipal provisório, que deverá ser provisório por poucos meses. Além da sua localização ser despropositada, a construção dessa estrutura foi mal executada, havendo graves problemas de infiltrações que põe em causa a saúde dos cães que ali são recolhidos. A dimensão da estrutura não é suficiente para que a associação possa recolher os animais abandonados do nosso concelho, tratá-los e garantir a sua segurança até encontrarem novos donos. Actualmente, e apesar de ser competência da Câmara Municipal garantir o alimento e os cuidados veterinários dos animais, os mesmos estão a ser garantidos à custa da associação Amigo Fiel. A única ajuda prestada pelo município foi, após as várias insistências junto do senhor Presidente da Câmara, a nomeação de um funcionário a tempo parcial (algumas horas por dia) para garantir a alimentação dos animais. Com a chegada do Inverno, a preocupação com a saúde dos animais e as actuais condições estruturais do abrigo, põe em causa o serviço desta associação. Por isso foi-nos a Associação Amigo Fiel apelou-nos à sensibilização desta Assembleia para a urgência da construção do canil municipal efectivamente projectado, o qual possa garantir os objectivos a que esta associação se propôs.

4. Junta de Freguesia do Bombarral – A maior dificuldade verificada prende-se com a falta de delegação de competências e a total desarticulação com os serviços da Câmara Municipal. Fomos informados

ACTA N.º 6/2002 – Reunião de 27 de Setembro de 2002

que cerca talvez de 70% dos problemas que são colocados à Junta, seriam rapidamente resolvidos se houvesse uma maior disponibilidade por parte dos serviços camarários. No entanto alguns destes problemas ficam a acumular e sem respostas, como foram exemplos: relatórios de sinalização, propostas de jardinamentos e passeios, projecto de toponímia, projecto para parque com jardim na Urbanização São José, relatórios de mau estado de abrigos de passageiros, todos entregues à Câmara Municipal sem resposta e sem execução. Alguns destes projectos, como o da Urbanização São José foram aprovados em reunião de Câmara, mas sem efeitos práticos até ao momento. Outro, como o relatório de toponímia, foi iniciado mas mandado parar por decisão do senhor Presidente da Câmara, este de carácter urgente pois tem implicações directas com a recepção de correspondência importante dos munícipes que habitam sem saberem “onde”, em que rua e em que número! Outra fonte de preocupação para a Junta de Freguesia é a situação do cruzamento da Av. Dr. Joaquim Albuquerque / Infante D. Henrique, já amplamente discutida nesta Assembleia pelo P.S. e outros grupos parlamentares. Também para o executivo da Junta, a solução passa pela colocação de semáforos. Queremos reforçar que, enquanto esta Câmara não der uma solução para este problema, ela própria será responsável por quaisquer acidentes que ocorram neste local. Em forma de conclusão, os problemas mais graves da Junta são motivados pela falta de delegação de competências, pela fraca colaboração dos serviços camarários, pela ausência de rapidez de resposta da Câmara e pela falta de “vitalidade” do executivo camarário.

5. Assistência social – Foi solicitada uma reunião de trabalho com a Dr.ª Fátima, assistente social da Câmara Municipal, a fim de desenvolver vários temas preocupantes e urgentes. No entanto, tal reunião não foi possível ser efectuada, devido à preenchida agenda da senhora assistente social e do seu tardio pedido de autorização ao senhor vereador António Faustino.

6. Estorninho – Queremos ainda referir que na estrada do cemitério para o Estorninho, o seu alargamento foi efectuado há algum tempo, apenas até ao início da localidade do Estorninho não tendo continuado porque seriam colocados os esgotos. Até hoje, nem há alargamento, nem alcatroamento, nem esgotos, estando a estrada completamente esburacada!

7. Segurança – O P.S. não foi nomeado como defensor da segurança deste concelho, porque isso é uma competência de todos os que exercem funções autárquicas. No entanto, parece-nos impossível que em quase todas as assembleias temos alertado para o incumprimento de algumas regras de segurança a vários níveis, ao que o senhor Presidente da Câmara responde não ter conhecimento ou que irá mandar averiguar e anotar. Nada aconteceu até ao momento, pelo que registamos aqui que na passada semana ocorreu um acidente gravíssimo com uma munícipe junto à obra de construção do edifício na Calçada do Sport, apenas porque alguns ferros estavam depositados no chão em plena via pública e não dentro do recinto da obra. Aconteceu com um adulto e foi grave, com uma criança, esperamos nunca vir a saber como seria. Queremos ainda deixar aqui a anotação (mais uma): existem sete passadeiras entre a escola Secundária do Bombarral e o cruzamento para o Vale Covo, não existe um único sinal de passadeira que possa advertir os condutores que circulam a altas velocidades nesta avenida.”

Mais referiu que durante o período de férias receberam diversos convites da parte do vereador António José Faustino (Festival da Juventude) e João Carlos Duarte (Festival do Vinho, Feira do Livro e exposições). Disse que o vice-presidente da Câmara e o vereador da cultura não convidam ninguém, quem convida é a Câmara Municipal. Julga que os convites devem ser feitos com o máximo rigor. No desdobrável da Feira do Livro lê-se melhor a mensagem do vice-presidente do que os convidados. Acha que é um protagonismo pessoal e não se pode compactuar com isto. -----

ACTA N.º 6/2002 – Reunião de 27 de Setembro de 2002

-----O senhor presidente da Câmara disse que a retirada dos desperdícios de mármore da estrada do Vale do Roto já foi pedida diversas vezes mas o proprietário tem feito ouvidos de mercador. Irá proceder à retirada dos mesmos e imputar os custos ao proprietário. Quanto à estrada da Ponte Romana na Columbeira disse que foi ajustado o respectivo trabalho mas até agora ainda não teve a melhor recepção. Não é verdadeiro que tenha mandado suspender o processo de colocação de placas toponímicas. Quanto à segurança nas obras tem procurado solicitar o máximo cumprimento das regras aos empreiteiros mas as coisas não têm corrido bem. Irá procurar colocar a sinalética em falta.-----

-----O senhor Vítor Garcia (C.D.S./P.P.) deixou o alerta de que hoje estão melhor instalados do que na sede própria da Assembleia. Concorda com a retirada dos pontos 4, 5 e 6 da ordem do dia por não terem recebido os documentos atempadamente nem com as explicações necessárias. Desde o dia em que recebeu a convocatória parece-lhe que não houve um dia em que não tivesse ido um funcionário entregar-lhe documentos. Já estão habituados a que o presidente da Câmara despreze os membros da Assembleia Municipal. Agradeceu o facto de após 3 tentativas ter sido reparada a estrada dos Loridos. Entristece-o e não percebe como é que se coloca ali um sinal a proibir o trânsito a veículos com mais de 19 toneladas desviando-os para dentro da vila.-----

-----O senhor Carlos João Fonseca (P.S.D.) colocou questões relacionadas com o adutor das Águas do Oeste que vai recolher esgotos da bacia do Rio Real, tendo-lhe sido referido por um engenheiro desta empresa que este adutor irá receber lixos do aterro sanitário do Oeste. Como já houve um grande derrame neste aterro, pergunta o que está previsto naquele local. A Câmara Municipal, como membro da Direcção da A.M.O., podia pedir esclarecimentos sobre o que está a ser programado porque vai ter influência em todo o Vale do Rio Real. Quanto à questão dos parques eólicos lembrou que a Assembleia Municipal do Cadaval não teve de se pronunciar sobre a desafecção da REN dos terrenos para o Aterro Sanitário do Oeste pelo que este está ilegal e pode ser encerrado. Quanto à defesa do património acha que as terras vivem da sua memória, mas é difícil impedir qualquer entidade privada de fazer o que entender. A memória do Bombarral vive muito do vinho e os armazéns próximos do caminho de ferro estão ligados a essa actividade mas é difícil à Câmara Municipal impedir as entidades que os detêm de fazerem o que entenderem. Reforça o repúdio pela atitude da EDP que é altamente gravosa para todos.-----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça chamou a atenção para a necessidade de limpeza dos contentores de lixo. Sugeriu a colocação de autocolantes e de sacos para levar as pessoas a colocarem aí o lixo. Não percebe porque é que os funcionários municipais que fazem a recolha de lixo levam pás e vassouras se depois não as usam. Chamou a atenção para o estado das protecções da ponte dos Baraçais e para a necessidade de limpeza das grutas da Columbeira. Quanto à questão dos desperdícios de mármore no vale Roto considerou que deve ser a ICERR que deve pressionar o proprietário.-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral declarou que: “embora fora da altura em que eu gostaria de ter intervindo, quero dizer que a referência à minha pessoa vinda da senhora Deputada M.ª de Los Angeles me deixou com a impressão que tenho de obedecer a directrizes suas para gerir as minhas intervenções. A acusação da senhora á minha pessoa mais parece o reflexo de dores provocadas por alguma pedra que lhes ficou no sapato desde Dezembro de 2001. Não reconheço na referida senhora autoridade para conduzir o meu papel nesta Assembleia, muito menos para avaliar o meu desempenho.” Quanto á referência da D. Susana Manco, de facto aconteceu a reunião dos elementos da Junta com o P.S. e é bom

ACTA N.º 6/2002 – Reunião de 27 de Setembro de 2002

que isso aconteça, mas não foi referido que o presidente da Câmara tinha retirado o processo das placas toponímicas após estarem a ser orçamentados. -----

-----O senhor Armando Salvador (P.S.) chamou a atenção para a necessidade de preservação de uma pequena fonte em forma de capela erigida no início do século XX pela Câmara Municipal de Óbidos no Sobral do Parelhão e que se está a degradar. Alertou igualmente para a necessidade de colocação de algum tout-venant na Rua Principal do Sobral do Parelhão. -----

-----O senhor João Manuel Alves (C.D.S./P.P.) reforçou as questões colocadas a propósito dos cortes no fornecimento de energia eléctrica por força do desleixo da EDP. Alertou para a necessidade de alargamento de uma estrada no vale Grou que está transformada num carreiro. Chamou a atenção para a forma a esmo como estão a ser feitas as obras de saneamento na Delgada, bem como para a situação da Fonte da Caniceira e das entradas da vila. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que a questão dos veículos pesados na estrada dos Loridos poderá ser resolvida através de uma variante. O projecto do emissário das Águas do oeste vai ser enviado à autarquia. Concordou com o apelo para a preservação da Fonte do Sobral. Justificou o atraso no arranjo da estrada do Vale Grou com a necessidade de emanilhamento de uma linha de água. Concordou com a questão colocada sobre as obras de saneamento na Delgada, tendo sido envidados esforços para conclusão dos trabalhos e tapagem dos buracos. As entradas da vila irão ver o projecto encaminhado em 2003. Reconheceu razão á senhora Presidente de Junta de Freguesia de Roliça no tocante à limpeza dos contentores de recolha de lixo e vai procurar ver o que se pode fazer quanto ás protecções da ponte dos Baraçais. Quanto á melhoria do acesso às grutas da Columbeira existe um projecto que ainda não teve execução. -----

-----VOTO DE PROTESTO: O grupo da C.D.U. apresentou o seguinte voto de protesto: “No cumprimento do estabelecido na Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, no seu artigo 10.º, referente ao Estatuto do Direito de Oposição, o executivo camarário deveria ter elaborado até ao final do mês de Março o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias da oposição constantes na dita lei, referentes ao ano subsequente. Esse mesmo relatório teria de ser enviado aos titulares do direito de oposição a fim de que estes se pudessem pronunciar sobre o mesmo e requerer, se assim o entendessem, a sua discussão pública na Assembleia. Não nos tendo chegado até à presente data qualquer relatório de avaliação concluímos que tal como não foi cumprido pelo presente executivo o estabelecido nos artigos 4.º e 5.º da dita lei no que respeita ao direito de informação e consulta prévia também não terá sido feito qualquer relatório de avaliação. Assim, face ao exposto, os eleitos da CDU apresentam o seu mais profundo protesto pelo desrespeito da lei, inadmissível num estado de direito.” -----

-----A D. M.º Los Angeles (C.D.U.) disse que aquando da discussão do orçamento lembraram que não tinha sido dado cumprimento à lei o mesmo acontecendo quanto à apresentação do relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias da oposição e é por isso que apresentam este voto de protesto. -----

-----Colocado à votação, foi deliberado por maioria aprovar este voto de protesto com 16 votos a favor (8 do B.P., 4 do P.S., 2 do C.D.S./P.P e 2 da C.D.U.) e 9 votos contra (9 do P.S.D.). -----

-----MOÇÃO: O grupo do P.S. apresentou a seguinte moção: “Em face das anormais situações de sucessivas interrupções no fornecimento de energia eléctrica que ocorreram nos meses de Julho, Agosto e Setembro no Bombarral, o grupo de eleitos do Partido Socialista

ACTA N.º 6/2002 – Reunião de 27 de Setembro de 2002

propõe que a Mesa da Assembleia Municipal convoque uma reunião de carácter urgente com as seguintes presenças: um elemento de cada bancada desta Assembleia; representantes da Associação de Agricultores do Oeste; representantes da Associação Comercial do Bombarral; representantes da Direcção da EDP – Distribuição de Energia S.A. da região. Pretende-se apurar responsabilidades das situações anómalas ocorridas no nosso concelho.” -----

-----A D. Susana Manco (P.S.) disse que gostaria de solicitar ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia que seja o líder desta reunião porque não acreditam que a Câmara Municipal tenha capacidade para resolver este problema. Citou uma entrevista do senhor Presidente da Câmara ao Área Oeste em 06.02.1999 a referir uma solução para resolução deste problema, mas passados três anos o problema continua a existir, pelo que propõe que seja a Assembleia Municipal a liderar este processo. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) disse concordar com as iniciativas que é preciso desenvolver mas discordam com a questão de o presidente da Câmara não ter capacidade para liderar o processo. O Presidente da Câmara é o canal indicado para tal.-----

-----Colocada à votação foi esta moção aprovada por maioria com 19 votos a favor (8 do B.P., 4 do P.S., 3 do P.S.D., 2 do C.D.S./P.P. e 2 da C.D.U.) e 7 abstenções (6 do P.S.D. e do senhor Presidente da Mesa da Assembleia). -----

-----**MOÇÃO:** O grupo do B.P. apresentou a seguinte moção: “Considerando: A) que o concelho do Bombarral vem sofrendo, há muito, sucessivos cortes de energia eléctrica, sem qualquer aviso ou justificação; B) Esta situação, completamente anómala, atingiu, este Verão, um cume intolerável, com cortes de energia de duração superior a dez horas, C) O transtorno e os avultados prejuízos daí decorrentes para os particulares, serviços públicos e empresas e estabelecimentos comerciais do concelho. D) A incapacidade que vem sendo demonstrada pela EDP em resolver esta questão. A Assembleia Municipal do Bombarral junta a sua voz ao protesto apresentado pela Câmara Municipal de Bombarral, na sequência da deliberação deste órgão de 2 de Setembro p.p., repudiando veementemente a postura deselegante, “autista” e “imperial” da EDP, que nem sequer se dignou responder ao pedido de reunião que lhe foi formulado há quase um mês pela Câmara Municipal do Bombarral. A EDP entendeu por bem justificar-se de forma “enviezada” na comunicação social, através do seu Gabinete de Comunicação e Imagem de Coimbra que, ao melhor estilo popularmente conhecido como “sacudir água do capote”, atirou as responsabilidades pelo sucedido para os proprietários de postos de transformação, como se não fosse a EDP a parte contratante, empresa prestadora do serviço de fornecimento de energia, responsável por assegurar a qualidade do serviço, pelo qual aliás, cobra preços de tal maneira elevados que lhe permitiram encaixar um resultado líquido de 230,6 milhões de euros só no primeiro semestre de 2002. Num momento em que se dão passos determinantes na construção de um mercado europeu de energia, cada vez mais aberto e integrado; quando estamos a 3 meses de a Península Ibérica passar a constituir um mercado integrado de electricidade, o fornecimento de electricidade ao concelho do Bombarral, que se situa a apenas 30 minutos de Lisboa, atinge laivos de terceiro mundismo. Desta moção deverá ser dado conhecimento a Sua Excelência o Ministro da Economia; Conselho de Administração da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos; Conselho de Administração da EDP; Comunicação social.”-----

-----Colocada à votação foi esta moção aprovada por maioria com 24 votos a favor (8 do B.P., 5 do P.S., 7 do P.S.D., 2 do C.D.S./P.P. e 2 da C.D.U.) e 2 abstenções (2 do P.S.D.).-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse ter tido oportunidade de durante este mês contactar diversas entidades ligadas ao comércio, agricultura e indústria, e pelo que lhe foi dito dos prejuízos causados pelos cortes de energia eléctrica andam na ordem dos 100

ACTA N.º 6/2002 – Reunião de 27 de Setembro de 2002

mil contos. As propostas apresentadas quanto à intervenção da Mesa da Assembleia encaram-se como no seguimento do que anteriormente foi feito, nomeadamente pelo anterior presidente da Assembleia que teve iniciativas e contactos com a EDP. O facto de ter sido aprovada esta moção nada impede, antes pelo contrário, só reforça as iniciativas da Câmara. Quer a Câmara quer a Assembleia, em conjunto e por si próprias, podem adoptar medidas para levar a uma resposta por parte da EDP que entendem andar a brincar connosco. Esta Assembleia tudo deve fazer para obrigar a EDP a assumir os seus compromissos. Terão que fazer sentir a revolta junto da EDP e que não estão dispostos a tolerar mais esta situação.-----

-----MOÇÃO: O grupo do B.P. apresentou a seguinte moção: “Considerando que: a) A anunciada construção do parque Desportivo e Zona de Lazer do Falcão, sendo inquestionavelmente, um equipamento estruturante para o desenvolvimento do concelho do Bombarral, constitui um investimento de muito elevada monta que carece de ser equacionado e ponderado, no actual quadro de existência de necessidades e de escassez de recursos para a sua satisfação; b) O terreno de implantação destes equipamentos é, em termos de desníveis, considerado de dificuldade média alta, o que condiciona, desde logo, os custos de execução do projecto e a final a utilização; c) A sua localização, distante do centro urbano da sede do concelho, numa zona que não é servida de transportes públicos, poderá prejudicar o carácter atractivo que um investimento deste tipo deve ter; poderá trazer problemas em termos de segurança quer das pessoas quer dos equipamentos; poderá retirar boa parte da mais valia que poderia representar em termos de qualidade urbana na vila do Bombarral e poderá constituir factor de discriminação negativa quer das classes mais desfavorecidas que não possuem transporte próprio, quer dos idosos, quer ainda das pessoas com mobilidade reduzida; d) A escassez de terrenos disponíveis no concelho para afectação a usos que necessitam de grandes áreas de implantação, como é o caso da zona de actividades económicas do Falcão que, no plano de actividades para 2002 da Câmara Municipal do Bombarral, na sua versão revista e aprovada, constitui prioridade no âmbito do desenvolvimento económico, poderá pôr em causa a viabilidade deste projecto, nomeadamente em dimensão suficiente para funcionar como elemento catalizador do desenvolvimento económico do concelho. Considerando ainda: e) a difícil co-habitação, em relação de grande proximidade, entre uma zona industrial e um parque de lazer; f) a falta de informação relativamente aos reais custos, quer do investimento, quer da sua manutenção. A Assembleia Municipal do Bombarral recomenda à Câmara Municipal do Bombarral que: a) forneça á Assembleia Municipal todas as peças técnicas e estudos de custos e de viabilidade económica do investimento; b) promova uma sessão de esclarecimento aos deputados municipais, de preferência a um Sábado, com convite às associações de defesa do património, ambientalistas, desportivas e empresariais do concelho, na qual, por recurso aos meios disponíveis mais elucidativos, nomeadamente audiovisuais e com a colaboração e presença de técnicos da empresa responsável pelo projecto, sejam prestadas todas as informações relevantes, seguida de visita ao local de implantação do empreendimento, para que in loco, possam ser prestados todos os esclarecimentos, tendo em vista possibilitar que a Assembleia Municipal possa desempenhar as suas importantes funções de fiscalização, não só retrospectiva mas também prospectiva, da actividade do órgão executivo e de debate das principais questões de interesse para o município, de uma forma informada, criteriosa e responsável. A presença de vereadores e membros da Assembleia Municipal deve ser facultativa, não configurando qualquer forma de reunião extraordinária de qualquer dos órgãos, não havendo, conseqüentemente, lugar a qualquer pagamento de senhas de presença.” -----

ACTA N.º 6/2002 – Reunião de 27 de Setembro de 2002

-----A pedido do grupo do P.S.D. , pelas 00.25 horas foi a sessão interrompida por 5 minutos. --- -----

-----Pelos 00.40 horas foi a sessão reatada com a presença de todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) disse que pediram este intervalo para a analisarem a proposta. Concordam quando se pedem elementos para consulta mas lembram que o projecto está aprovado e é público. Discordam frontalmente por o B.P. evidenciar uma sede incrível de palco. Este projecto tem o seu timing para avançar. O vereador do B.P., quando era vereador do P.S.D., apresentou uma proposta para avançar com este projecto, lamentando-se que agora tenha votado contra. -----

-----A D. Susana Manco (P.S.) reforçou que nos eu entender a Assembleia Municipal existe para fiscalizar, acompanhar e esclarecer os munícipes. Desde a tomada de conhecimento público da localização deste projecto muitos munícipes os têm contactado. -----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) quanto à questão do palco, disse ficar mais sossegado até porque ultimamente andam por aí uns aprendizes de Vasco Pulido Valente a dizer que estão acabados. O B.P. preocupa-se com todos os grandes investimentos que se vão fazer neste concelho. Este projecto vai roubar 10 hectares á zona de actividades económicas do Falcão. Quem queria esta assembleia para bater palmas ou cortar fitas se calhar está desiludido. -----

-----Colocada a moção à votação foi a mesma aprovada por maioria com 17 votos a favor (8 do B.P., 5 do P.S., 2 do C.D.S./P.P. e 2 da C.D.U.) e 9 votos contra (9 do P.S.D.). -----

-----Pelos 00.46 horas o senhor presidente da Mesa entregou a condução da sessão ao senhor primeiro secretário da Mesa e tomou lugar junto da bancada do P.S.. -----

-----**MOÇÃO:** O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal apresentou a seguinte moção: “1. Considerando que o governo, no sentido de resolver os problemas das populações de diversos concelhos do País, nomeadamente da região do oeste, apresentou um novo modelo de regiões, mediante a transferência dos concelhos desta região, da Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo, onde estavam até agora inseridos, para a Comissão de Coordenação da Região Centro; 2. Considerando que esta medida se destina a resolver o problema do financiamento comunitário destes concelhos, por forma a que o referido financiamento possa ser aumentado e que por isso será uma medida, cuja utilidade prática se esgotará logo que os sempre referidos financiamentos se esgotem; 3. Considerando, que a Região Oeste revela, desde há muito, uma vitalidade, homogeneidade, especificidade e dinâmica próprias, que a distinguem das restantes regiões do País; 4. Considerando que a sua inclusão na Região Centro poderá, não obstante o afluxo, sempre desejado e pretendido de mais receitas, provocar uma perda de influência da nossa região no contexto em que passará a estar incluída e por via disso no contexto nacional; 5. Considerando que o governo tem em preparação legislação que contempla a possibilidade de criação de “comunidades urbanas”. A Assembleia Municipal do Bombarral, na sua sessão ordinária de 27.09.2002, realizada na Associação Recreativa e Cultural do Cintrão, deliberou aprovar a presente moção, mediante a qual apela a todos os agentes políticos, económicos e sociais da região Oeste o seguinte: Não obstante a possibilidade dos concelhos da Região Oeste virem a integrar a Comissão de Coordenação da Região Centro, deverão todos estes concelhos a par com os respectivos parceiros sociais e económicos, mobilizarem-se para adoptar formas mais vincadas e conjuntas de afirmação da região oeste, nomeadamente promovendo o mais amplo debate sobre a viabilidade de futura criação da “Comunidade Urbana do Oeste”, cujas raízes para a sua criação deverão desde já ser preparadas, de modo a que, logo após a aprovação da legislação

ACTA N.º 6/2002 – Reunião de 27 de Setembro de 2002

respectiva, se procede à implementação da mesma. Da aprovação desta moção será dado conhecimento a todos os órgãos autárquicos da área da Associação de Municípios do Oeste, ao senhor Governador Civil, à Direcção da Associação de Municípios do Oeste, ao senhor Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e do Ambiente, ao senhor Secretário de Estado da Administração Local, a todas as Associações Regionais dos Sectores Agrícola, Industrial e Comercial, assim como, a todos os órgãos de comunicação social da Região Oeste e principais órgãos de comunicação social a nível nacional.”-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que esta moção não constitui qualquer tipo de crítica à integração do concelho do Bombarral na C.C.R.C.. Todos sabem porque é que isso está a ser feito e deve-se reconhecer que o governo está a corresponder a um anseio das populações. O objectivo desta moção é que sendo o concelho do Bombarral um concelho no centro do Oeste e já se tem dedicado a causas da região Oeste e está na altura de começar a ser protagonista na causa que permitirá ao Oeste ser dotado de mecanismos próprios que lhes permitam agir de forma integrada. O governo prevê num pacote legislativo a figura das comunidades urbanas que julga que será o que se poderá aproveitar a nível da região Oeste. Torres Novas, Tomar e Abrantes estão já a acelerar o processo de contactos no sentido de logo que a lei seja aprovada possam despoletar esse mecanismo para aproveitamento de sinergias que estes concelhos geram e poderem ser solicitados financiamentos comunitários. O que seria desejável era que nós começássemos a pensar nisto a sério e que considerássemos isto uma oportunidade. É uma moção a favor da afirmação da Região Oeste e da futura criação da comunidade urbana do Oeste. Saiu num jornal que a Marinha Grande, Alcobaça e Caldas da Rainha estão a criar um eixo industrial. Se esse eixo for criado corremos o risco de ficar de fora. Antes que isso aconteça devemos avançar neste sentido. ---- -----

-----O senhor presidente da Câmara disse que esta moção tem duas partes distintas: no que concerne à integração na região centro e devido à saída do objectivo 1 da CCRLVT e da criação da área metropolitana de Lisboa e Porto, é de facto uma questão que tem a ver com a possibilidade de continuarmos a manter a hipótese de aceder aos fundos comunitários. A outra parte da moção que tem a ver com a comunidade urbana enquanto não sair a legislação é precipitada porque ainda não se tem a noção de saber quais as competências e áreas de influência. Julga que a falta de informação pode trazer resultados que possam contribuir para a delicadeza da questão em termos de futuro. -----

-----O senhor Vítor Garcia (C.D.S./P.P.) disse estar um pouco confuso. A moção é extensa e ao ouvi-la ficou com uma ideia diferente daquela com ficou ao ouvir o proponente. ---

-----O senhor Carlos João Fonseca (P.S.D.) disse que gostaria de ler melhor a moção porque o assunto é muito importante. Não sabe se na nossa região os municípios têm a mesma identidade e se o número de habitantes dá para criar uma comunidade urbana. Acha que a informação é pouca.-----

-----O senhor presidente da Mesa da Assembleia disse não haver dois tempos nesta proposta mas apenas considerandos para justificar o porquê da mesma e nada nela vai contra a inclusão na CCRC. Será concerteza um benefício para a nossa região. Quanto à questão das zonas metropolitanas a lei contempla as duas possibilidades – zonas metropolitanas (350.000 habitantes) e comunidades urbanas (150.000 habitantes). Acontece que a região Oeste não se revê na zona metropolitana de Lisboa com a excepção de Mafra e há concelhos a Norte do Oeste que não se revêm na zona metropolitana de Leiria nomeadamente Caldas da Rainha, Nazaré e Alcobaça. Isto quer dizer que está criado um espaço intermédio. Sempre foi defendido no nosso concelho que a região Oeste é potencial económica e é uma zona onde se deve

ACTA N.º 6/2002 – Reunião de 27 de Setembro de 2002

apostar. Os concelhos referidos na zona dos templários, estão a nível de contactos. Não sabem o que trará a lei mas estão a preparar-se. Nós também não podemos ficar à espera que lei venha. Se vier a ser criado o eixo industrial e nós não avançarmos já com o debate e a tentar cativar as associações para isso podemos ficar para trás. Acha que é a altura ideal para se começar a falar nesta matéria. O que a moção visa é dizer ao governo que a ser aprovada a criação de comunidades urbanas nós estamos a preparar-nos. -----

----- O senhor Abel Henriques (B.P.) disse concordar com a proposta mas propôs uma alteração à redacção do último parágrafo, que foi aceite pelo proponente e desde logo introduzida no teor da proposta.-----

----- O senhor presidente da Câmara disse que há pouco foi claro e disse que tendo a comunidade que ter 350.000 habitantes e continuidade territorial é perfeitamente conciliável criar a zona metropolitana integrando Alenquer e Rio Maior. Acha precipitado aprovar a moção porque se for criada a zona metropolitana do Oeste pergunta como é que o Bombarral se irá integrar. Só quis trazer alguns elementos ao debate.-----

----- A D. Susana Manco (P.S.) disse ao senhor presidente da Câmara que estão aqui para votar uma moção e o presidente da Câmara parece que é contra que se vote uma moção de debate de ideias. Acha lamentável esta posição tão crítica porque parece não estar receptivo ao debate. O que está aqui é uma moção para debater ideias.-----

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal referiu que o que é verdade é que as informações que tem só reforçam aquilo que disse. Está a insistir na zona metropolitana porque se tivermos uma comunidade urbana não podemos ter uma zona metropolitana? O problema é que a zona metropolitana tem de ter 350.000 habitantes e o Oeste só consegue criar uma zona metropolitana incluindo Leiria e não é isso que querem. O que está em causa é a especificidade da região Oeste. Se ao criarem uma comunidade urbana estão a tirar a possibilidade de criação da zona metropolitana de Leiria isso não é um problema nosso. Temos que pensar primeiro na região Oeste e dinamizá-la o mais possível.-----

----- Colocada a proposta à votação, foi a mesma aprovada por maioria com 17 votos a favor (8 do B.P., 5 do P.S., 2 do C.D.S./P.P. e 2 da C.D.U.), 1 abstenção (1 do P.S.D.) e 8 votos contra (8 do P.S.D.).-----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou o seu lugar na Mesa e a condução dos trabalhos.-----

----- Pelas 01.20 horas, foi encerrado o período com a duração máxima de 60 minutos para prestação de esclarecimentos.-----

----- **PÚBLICO:** Usou da palavra o senhor Rui Pereira Nunes, solicitando informações sobre o motivo porque deixou de correr água na Fonte da Baralha e alertando para a necessidade de corte dos caniços nas entradas da vila.-----

----- O senhor presidente da Câmara disse que em conjunto com a Junta de Freguesia de Bombarral tem procurado ver da possibilidade de trazer novamente água para a Fonte da baralha. Quanto ao corte dos caniços isso tem sido feito com regularidade por se temer pela segurança.-----

----- Pelas 01.30 horas foi a reunião encerrada, marcada a continuação da sessão para dia 03 de Outubro, pelas 21.00 horas na sede da Associação Cultural e Recreativa do Cintrão, e lavrada a presente acta que vai ser devidamente assinada pelos membros da Mesa depois de lida e achada conforme.-----

O Presidente:

ACTA N.º 6/2002 – Reunião de 27 de Setembro de 2002

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: